

Os diamantes e a segurança humana

REVISÃO ANUAL 2008

Porque escrevemos

Tal como a paz não é a simples ausência de guerra, o fim dos diamantes de conflito não significa necessariamente que os diamantes irão criar prosperidade ou que a segurança humana irá prevalecer em regiões onde estes são extraídos. A campanha para travar os diamantes de conflito tem sido na sua grande maioria um sucesso, apesar do fenómeno ainda continuar na Costa do Marfim, aparentemente apesar da perspicácia e dos poderes dos 75 governos representados no Processo Kimberley (PK) e da indústria de diamantes de todo o mundo. Mas o desafio do PK actualmente não é apenas a Costa do Marfim; o maior desafio é assegurar que os diamantes sejam controlados e acompanhados de forma a evitar o retorno das guerras sangrentas provocadas pelos diamantes ocorridas no passado.

Os diamantes não são apenas símbolos do amor, fidelidade e pureza, eles são a forma de riqueza mais concentrada à face da terra e, por isso, atraem problemas. Um assalto num salão de exposições de Damiani, em Milão, rendeu aos ladrões o equivalente a 30 milhões de dólares em jóias de diamantes em Fevereiro. Este foi apenas um de muitos roubos de diamantes. Se procurar no Google "diamond theft 2008" (roubo de diamantes em 2008) irá encontrar mais de 5 milhões de artigos. Por conseguinte, tem lógica que os diamantes de conflito possam regressar a países onde o desenvolvimento esteja atrofiado e o governo fraco. É por este motivo que algumas organizações como a Iniciativa de Desenvolvimento de Diamante (IDD) são tão importantes, e o motivo pelo qual os esforços em trazer uma maior transparência para o sector de extracção necessitam de todo o apoio que conseguirem. A Iniciativa para Transparência das Indústrias Extractivas intergovernamental e a Campanha Publique O Que Paga (Publish What You Pay), dirigida por as ONGs, são elementos chave deste processo.

A Parceria África Canadá (PAC) tem sido uma líder na campanha contra os diamantes de conflito desde 1999. Foi e continua a ser um membro activo de todos os grupos de trabalho e reuniões do Processo Kimberley. Produzimos

Continuação na página 2 →

ÍNDICE

Angola.....	2
Brasil.....	7
Guiana.....	8
Venezuela.....	9
Melancolia do processo Kimberley ..	10



→ Continuação da página 1

diversos estudos preliminares sobre questões relacionadas com diamantes, 17 jornais ocasionais e um folheto informativo trimestral, chamado *Other Facets*. Todos estes estão disponíveis no site da PAC (www.pacweb.org).

Com início em 2003, começámos a publicar *Relatórios anuais* individuais sobre a Indústria de Diamantes na Serra Leoa, na República Democrática do Congo e em Angola. Os *Relatórios anuais*, publicados em inglês (todos), em francês (RDC) e em português (Angola) visaram disponibilizar aos governos, à sociedade civil e aos investidores informações que seriam úteis na promoção de uma maior transparência e de resultados de desenvolvimento mais positivos. Os *Relatórios anuais* têm sido amplamente citados e transformaram-se em documentação de registo das indústrias de diamantes nestes países.

Para o ano de 2008, optámos por uma abordagem diferente, expandindo o projecto de modo a abranger mais países, mas produzindo um relatório ao invés de três. Este relatório – *Revisão anual de 2008 sobre os diamantes e a segurança humana* – incide nos três países mais seriamente afectados pelos conflitos gerados pelos diamantes – Angola, RDC e Serra Leoa – mas também incluímos artigos sobre os países atingidos por estes conflitos, ou onde os controlos internos sobre os diamantes e considerações sobre o desenvolvimento permanecem uma problemática.



Os melhores preços aqui: um vendedor de diamantes congolês no trabalho

ANGOLA

Produção de diamantes

A produção de diamantes em Angola continua veloz no sector industrial (nas minas aluviais e de quimberlito – o que a Endiama costumava designar de produção formal) e no sector artesanal (anteriormente conhecido como sector informal). Os números da produção de 2005-2007 podem ser encontrados na Tabela 1.

O aumento da produção de quimberlito e o reinvestimento em projectos aluviais fez aumentar a produção industrial de 5,8 milhões de quilates em 2005 para cerca de 8,6 milhões de quilates em 2007, um crescimento de aproximadamente 47%. Em 2007, a produção industrial representava 89% da produção total em Angola.

A produção artesanal, entretanto, apesar da contínua expulsão de mineradores e garimpeiros artesanais por parte da polícia e do exército angolano, tem permanecido estável em cerca de 1,1 milhões de quilates por ano. Apesar da produção artesanal actualmente representar apenas 11% do volume total angolano, a qualidade vastamente superior das pedras produzidas artesanalmente – com uma média de 305 dólares/quilate em oposição aos 109 dólares/quilate para os diamantes produzidos industrialmente – significa que a produção artesanal teve muito maior peso em termos de valor de produção. Aqui, a produção artesanal foi responsável por 26% das receitas totais de diamantes angolanos em 2007, ou um pouco mais de 336 milhões de dólares no total.

Apesar do seu forte desempenho e da sua contribuição económica significativa, o sector artesanal ainda é visto como uma aberração indesejada pelas autoridades angolanas. Um comité governamental de alto nível, conhecido pela abreviatura CIPRED, (ver *CIPRED*, página 4) passou grande parte do passado ano a estudar formas e meios de reduzir drasticamente a actividade no sector artesanal.

Isto iria claramente resultar numa redução significativa da produção nacional – tanto quanto 26% se toda a mineração artesanal parasse. Representantes angolanos falam em substituir os mineradores artesanais por projectos industriais formais, mas estes exigem anos de planeamento e não podem sequer ser iniciados até que o processo de expulsão esteja completo.

Se o governo angolano estiver seriamente empenhado e se tiver efectivamente êxito nesta acção (no passado, mobilizações em grande escala da polícia, exército e serviços de segurança não conseguiram sequer fazer uma pequena moessa na produção artesanal), então a indústria deve antecipar um declínio de vários anos na receita angolana proveniente dos diamantes – tanto quanto 300 milhões de dólares por ano.

Novos empreendimentos conjuntos: mais para participantes internos, menos para o público

Os investimentos e a actividade de investigação continuam a progredir rapidamente nos campos de diamante angolanos, sem aparente escassez de empresas estrangeiras que procuram investir em empreendimentos conjuntos. No período de Abril de 2007 a Abril de 2008, cerca de 20 novos empreendimentos conjuntos foram assinados e formalizados, representando um investimento de capital estrangeiro de pouco mais de 100 milhões de dólares.

A prática de doar percentagens destes empreendimentos conjuntos a empresas angolanas com ligações políticas continua. Segundo o seu contrato, estas empresas não fornecem nada e, como recompensa, recebem uma percentagem significativa de um empreendimento de diamantes. A *Revisão anual* de 2007 evidenciou esta prática pela primeira vez e incluiu uma análise detalhada do custo para os cidadãos de Angola. Por apenas uma empresa, a Lumanhe, o custo alcançava centenas de milhões de dólares.

As percentagens doadas aos participantes internos parecem estar a crescer. Em anos anteriores, a percentagem foi fixada entre 10% e 15% de um empreendimento conjunto. Para os 20 contratos assinados entre Abril de 2007 e Abril de 2008, a percentagem dos participantes internos cresceu para valores entre 25% e 40% do projecto total.

O crescimento não foi à custa de empresas estrangeiras, que se mantiveram num patamar de aproximadamente 35-45% do empreendimento conjunto. Ao invés disso, a parcela dos participantes internos é proveniente da porção previamente destinada à empresa governamental de diamantes Endiama. Onde a Endiama possuía previamente uma maioria absoluta, ou pelo menos a maior parcela individual de receitas, em contratos recentes, esta viu as suas percentagens caírem para 28%, 26% e num único caso para apenas 13%. À medida que a indústria angolana de diamantes se desenvolve, o público parece ganhar cada vez menos, e os participantes internos com ligações políticas cada vez mais.

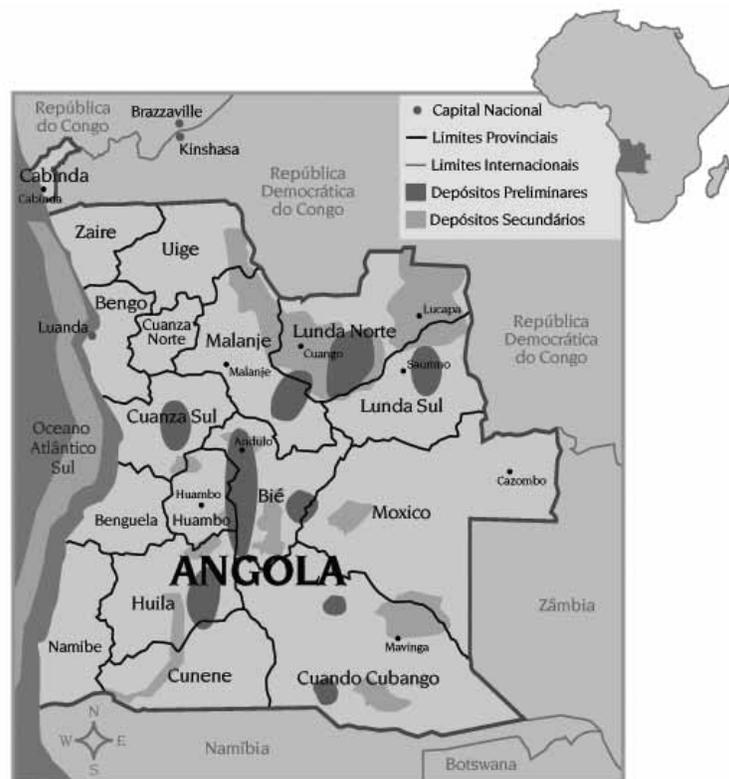


Tabela 1: Produção de diamantes em Angola 2005-2007

Produção por volume 2005-2007

		2005	2006	2007
Industrial	cts	5.866.461	8.267.340	8.599.511
	% do total	83%	88%	89%
Artesanal	cts	1.226.805	1.180.038	1.102.198
	% do total	17%	12%	11%
Total		7.093.266	9.447.378	9.701.709

Produção por valor em dólares 2005-2007

		2005	2006	2007
Industrial	US\$	722.657.350	879.998.946	935.841.365
	\$/ct	123,18	106,44	108,82
	% do total	66%	73%	74%
Artesanal	US\$	366.513.606	329.453.742	336.113.989
	\$/ct	298,75	279,19	304,95
	% do total	34%	27%	26%
Total	US\$	1.089.170.956	1.209.452.688	1.271.955.354
	\$/ct	153,55	128,02	131,11

Fonte: Endiama

A participação da sociedade civil

A *Revisão anual de Angola* de 2007 apontou um número de deficiências no sector aluvial de diamantes do país, inclusive um sistema de controlos permeável do PK, uma ausência de gestão ambiental, e um compromisso questionável com os direitos humanos. Em resposta a estas críticas, o governo angolano propôs uma reunião entre a sociedade civil e os órgãos do governo angolano responsáveis pela gestão da indústria de diamantes do país.

Como base para a discussão, a Parceria África Canadá propôs cinco tópicos:

1. Desenvolver controlos plausíveis do PK para o sector informal;
2. Trabalhar com vista a legalizar o sector informal dos mineradores artesanais;
3. Criar transparência para as instituições de diamantes de Angola através da publicação regular de estatísticas e relatórios;
4. Fomentar diálogo sobre o sector de diamantes entre o governo angolano e a sociedade civil angolana; e
5. Iniciar um processo de recuperação e atenuação ambiental para os sectores formal e informal.

As autoridades angolanas aceitaram esta proposta e uma visita a trabalho com duração de sete dias, que incluiu representantes da PAC, da Iniciativa para o Desenvolvimento do Diamante e da Fundação pela Segurança e Sustentabilidade Ambiental, ocorreu no fim de Maio de

2008. Houve também a participação de organizações de sociedade civil nas reuniões.

O convite pareceu ser um sinal promissor de que o governo angolano estava a começar a ver os benefícios de responder aos seus críticos. Porém, a visita foi decepcionante para as ONGs. Uma visita no terreno às províncias produtoras proposta pela equipa da sociedade civil e aceite pelos angolanos foi cancelada sem muita explicação. E as autoridades tentaram impedir a participação de algumas organizações de sociedade civil angolanas.

A agenda exigia que uma equipa da sociedade civil visitasse a maioria das agências encarregues da administração do sector de diamantes angolano, uma óptima oportunidade de observar o sistema angolano bem de perto. Houve debates com o Ministério das Minas, Endiama, Sodiam, Alfândega, o Corpo de Segurança de Diamantes e a Polícia Nacional. Ficou evidente, contudo, que discussões de fundo não estavam previstas. Discussões sérias a respeito da melhoria do sistema vigente foi algo para o qual as agências não estavam preparadas ou não muito interessadas.

O problema pareceu ter origem no facto de que uma comissão governamental de grande poder, chamada CIPRED (ver a seguir), ter estado recentemente em diversas instituições de diamantes realizar missões de inspecção. O entendimento entre os responsáveis foi de que a CIPRED já havia considerado muitas das preocupações levantadas pela sociedade civil, e enviaria em breve recomendações que iriam provavelmente transformar-se em nova legislação. No entanto, o relatório do CIPRED permaneceu – e continua até à data da nossa publicação – confidencial.

Apesar de não ter sido consultado, a presença do relatório do CIPRED ensombrou a visita. A atitude entre os gestores angolanos foi a de que, a aguardar quaisquer alterações que pudessem ser exigidas pelo CIPRED, discussões adicionais com a sociedade civil não fariam sentido. Uma excepção notável foi a da polícia e dos serviços de segurança, onde a falta de *qualquer* vontade de debate se baseou na convicção de que nada estava fora de ordem no comportamento deles, apesar do dano que continuam a infligir na reputação de Angola no resto do mundo.

Nem todas as consultas provaram ser desanimadoras. No que respeita à criação de uma maior transparência para as instituições de diamantes em Angola através da publicação regular de estatísticas e relatórios, tanto a companhia governamental de diamantes Endiama, como o seu braço de solidariedade, a Fundação Brilhante, concordaram com a necessidade de publicar relatórios oportunos, exactos e detalhados.

O princípio quase não precisa de ser discutido. A Endiama é uma corporação do estado, a depositária da riqueza dos diamantes da nação. Os representantes da Endiama pareceram estar de acordo. De facto, a Endiama foi mais longe, declarando que um conguntion completo de produção e de retornos financeiros já estava nas impressoras, e que apenas um pequeno problema técnico tinha impedido a sua publicação a tempo para a visita. A Fundação Brilhante, embora menos avançada no seu planeamento, expressou um desejo semelhante de elevar os seus procedimentos

de publicação de relatórios públicos e contabilidade ao nível dos padrões internacionais de uma fundação de solidariedade com financiamento público.

Apesar da aparência encorajadora, a *Revisão anual* de 2007 já tinha informado que a Endiama assegurava disponibilizar um amplo perfil estatístico da companhia numa questão de meses. Tal perfil nunca apareceu. E nem nos meses seguintes após a visita de Maio de 2008 o aparente problema técnico da impressora foi solucionado. Relatórios transparentes e responsáveis continuam a ser uma promessa não cumprida.

Na questão do meio ambiente, a equipa visitante foi informada de que a Endiama tinha expandido a sua divisão ambiental, contratando dez novos especialistas ambientais. Para além disso, no fim de 2007, foi realizado um workshop ambiental em Dundo, Lunda Norte, que contou com a participação da Endiama, do Ministério de Geologia e Minas e da maioria das companhias envolvidas em empreendimentos conjuntos de mineração de diamantes. Isto parece um arranque encorajador, mas nos mais recentes acordos de 2008 com empreendimentos conjuntos, as cláusulas respeitantes à gestão ambiental permanecem as mesmas declarações de princípios altamente generalizadas do passado. A equipa da sociedade civil chamou a atenção dos representantes para o facto da sua insistência nos aspectos físicos do impacto ambiental tender a ignorar o muito mais grave impacto nos humanos.

E, em relação aos outros três pontos levantados pela PAC, os controlos do PK de Angola para o sector artesanal informal permanecem ineficazes e vulneráveis a abusos como sempre; a mineração artesanal permanece uma actividade ilegal e extremamente perigosa (ver *O assassinato de Belito Mendes*, a seguir), com mineradores artesanais sujeitos a exploração e violência, principalmente às mãos da Polícia Nacional Angolana (ver *Assassinato, pilhagem e violação*, a seguir). As autoridades angolanas demonstram pouco interesse em iniciar um diálogo com a sociedade civil angolana sobre estas e outras questões.

Ações, e não palavras, são a moeda na qual a reforma é medida. A *Revisão anual* pode apenas torcer para que, caso surjam novamente oportunidades para discussões, as autoridades angolanas demonstrem as suas atitudes através de actos, e não de palavras e intenções vagas.

CIPRED: A incerteza permanece

Em Julho de 2007, o presidente de Angola estabeleceu a CIPRED,¹ um comité interministerial de alto nível encarregado de criar um inventário completo de todas as áreas de mineração artesanal de diamantes do país. O comité foi depois encarregado de estruturar planos de desenvolvimento para expulsar os *garimpeiros*, repatriando nacionais estrangeiros encontrados nas regiões de diamantes e fortalecendo o controlo das fronteiras de Angola.

Os membros do CIPRED eram constituídos por altos funcionários na

maioria dos ministérios de maior importância; o vice-chefe de estado-maior do exército; o procurador-geral, o chefe do serviço de investigação da polícia (DNIC), o Sodiam, a Endiama, o Diamond Security Corps (CSD) e a SME (polícia dos serviços de migração e estrangeiros), assim como o conselheiro económico do Presidente.

O comité também iria analisar formas de reintegrar ex-mineradores, possivelmente através da criação de cooperativas para a agricultura, artes e artesanato. Finalmente, o comité foi encarregado de criar um projecto-piloto para regular a produção artesanal, primeiro através da demarcação de áreas para exploração artesanal e, em seguida, estabelecendo um processo de registo faseado para mineradores artesanais. O comité foi instruído para trabalhar em contacto com um especialista técnico do comité especializado em legislação mineira, um sinal de que as recomendações do CIPRED seriam rapidamente traduzidas em lei.

Aceitando uma recomendação feita pela *Revisão anual* de 2007, o CIPRED optou por estudar como os mineradores artesanais são licenciados e geridos noutros países, enviando delegações de membros do CIPRED a viagens de campo à Libéria e Brasil. Contudo, meses depois, as recomendações do CIPRED permanecem desconhecidas.

Problemas com os controlos do PK em Angola

Existem problemas sérios com o sistema de controlos internos de Angola sobre o fluxo de diamantes, em especial com os controlos que deveriam rastrear os fluxos de diamantes no sector informal mas não o fazem. Estes problemas permanecem exactamente da mesma forma desde que foram identificados pela primeira vez no relatório da Equipa de Revisão do PK em 2005, e conforme apontado e re-identificado na *Revisão anual* de 2007.

O relatório da visita de revisão do PK em 2005 fez uma série de recomendações para que houvesse uma reforma nos controlos de Angola no sector artesanal informal. A *Revisão anual* de 2007 observou que, dois anos depois, nada tinha sido feito para lidar com essas preocupações e reiterou a necessidade de Angola tomar medidas. Até agora, Angola nada fez.

A Equipa de Revisão do PK em 2005 fez as seguintes recomendações:

1. Angola deveria apresentar ao PK um relatório abrangente sobre controlos internos no sector de mineração aluvial artesanal;
2. Angola deveria assegurar que os estabelecimentos de compra de diamantes comprassem diamantes em bruto apenas a pessoas com credenciais, e que todos os registos de transacções fossem mantidos regularmente, incluindo a procedência dos diamantes;
3. Angola é convocada a solicitar uma visita para revisão de acompanhamento no devido tempo e fornecer acesso às áreas de produção de diamantes aluviais artesanais para garantir a conformidade aos mecanismos de controlo estabelecidos deste sector.

Assassinato, pilhagem e violação: procedimento operativo normalizado?

A *Revisão anual* de 2007 enalteceu o facto de as autoridades angolanas terem tomado medidas para conter os excessos cometidos por companhias de segurança privada nas províncias de produção de diamantes, particularmente as Lundas, e por substituir estas companhias pela Polícia Nacional Angolana. Como a *Revisão anual* observou, “O próximo desafio das autoridades angolanas será introduzir a responsabilidade pública na Polícia Nacional Angolana”.

Os casos apresentados a seguir mostram o quão longe a Polícia Nacional Angolana está de se tornar a instituição responsável e disciplinada que se espera de uma nação fundada no Estado de Direito. É também mostrado o quão perigoso é ser minerador mesmo que seja angolano; mesmo que se tenha servido o seu país como soldado.

Responsabilidade da polícia – O assassinato de Belito Mendes

No sábado do dia 12 de Maio de 2007, por volta das 21:00, três *garimpeiros* que tentaram cruzar a ponte em Pone foram mandados parar pela Polícia num posto de controlo conhecido como Ponte Zero. Os três pagaram o suborno (chamado de *gasosa*) de 400 cuanzas (5 dólares), a taxa corrente para os *garimpeiros* que cruzam a ponte. Como se não bastasse essa *gasosa*, a polícia fez uma revista detalhada dos três homens em busca de diamantes. Eles não encontraram nada, mas no jovem de 28 anos de idade, Belito Mendes, eles encontraram uma pequena quantidade em dinheiro, 1400 cuanzas (17,50 dólares) no total. O agente de polícia encarregado – um subtenente com três estrelas nos seus ombros – exigiu que Mendes entregasse o dinheiro. Mendes recusou-se. O agente deu dois estalos na cara de Mendes. Ainda assim, Mendes recusou-se.

“Eu sou angolano” disse ele alegadamente. “Eu servi no exército. Que direito tem de me agredir?” A polícia forçou Mendes a “beijar o solo” e ordenou aos seus dois companheiros – Develino Fernando e Bebush Dizal – que se retirassem. Enquanto saíam rapidamente do local, eles puderam ver os policiais agredir Mendes com cassetetes.

Os dois cruzaram a ponte e continuaram em direcção à vila Pone, que ficava a dois quilómetros de distância, onde pararam e esperaram pelo seu companheiro. Cerca de 15 minutos depois, uma carrinha de caixa aberta Hilux chegou com Mendes na caixa, brutalmente espancado, semi-consciente e com sangue a sair das orelhas e boca. Os seus companheiros levaram-no para o hospital Cafunfo, local em que veio a falecer devido aos seus ferimentos. Deixou uma esposa e duas crianças pequenas.

Nessa mesma noite os seus companheiros dirigiram-se à esquadra de Cafunfo para apresentar uma queixa. Um destacamento de agentes foi enviado à ponte, e o agente encarregado do posto de controlo Ponte Zero foi trazido para Cafunfo.

A *Revisão anual* chegou a Cafunfo poucos dias depois deste incidente e registou estes detalhes directamente das duas testemunhas oculares. A *Revisão anual* tratou então de confirmar os detalhes e determinar que medidas tinham sido tomadas pelas autoridades. No hospital Cafunfo, o médico de banco confirmou que Mendes tinha sido trazido para o hospital, tinha chegado brutalmente espancado, mas vivo, e tinha morrido alguns minutos depois vítima de traumatismo craniano e torácico.

Na esquadra de Cafunfo, um agente do departamento de investigação confirmou que alguns dos seus homens tinham ido à ponte e tinham trazido os polícias que lá estavam de volta para Cafunfo. Estes homens tinham sido subsequentemente transferidos de volta para o seu departamento de origem em Xa-Muteba, aproximadamente a 100 quilómetros de distância. O agente com o qual falámos recusou-se a confirmar se tinham sido apresentadas queixas, a confirmar os nomes dos agentes envolvidos ou até mesmo a confirmar o seu próprio nome. Quando contactada pela *Revisão anual*, a esquadra em Xa-Muteba recusou-se, da mesma forma, a responder a quaisquer perguntas relativas ao incidente.

A viúva de Mendes não recebeu mais nenhuma informação acerca dos assassinos do seu marido. Quando entrevistada pela *Revisão anual*, a sua única esperança era a de que houvesse alguma indemnização da polícia para ajudá-la a pagar as despesas do funeral de Mendes. Também não recebeu qualquer resposta.

Tais incidentes dificilmente são excepções nas províncias de diamantes de Lunda Norte e Lunda Sul. Durante uma discussão com a *Revisão anual* sobre a conduta da polícia durante a Operação Brilhante – a expulsão em larga escala de mineradores congolezes e de outras nacionalidades de Angola – o General da Polícia Nacional Angolana, Paulo Gaspar de Almeida, foi questionado acerca de procedimentos disciplinares relativos a incidentes em que os polícias possam ter usado força excessiva.

“Nós temos uma lei de disciplina e um código de disciplina,” disse o general. “Todos que violam este código são disciplinados de acordo com esta lei.”

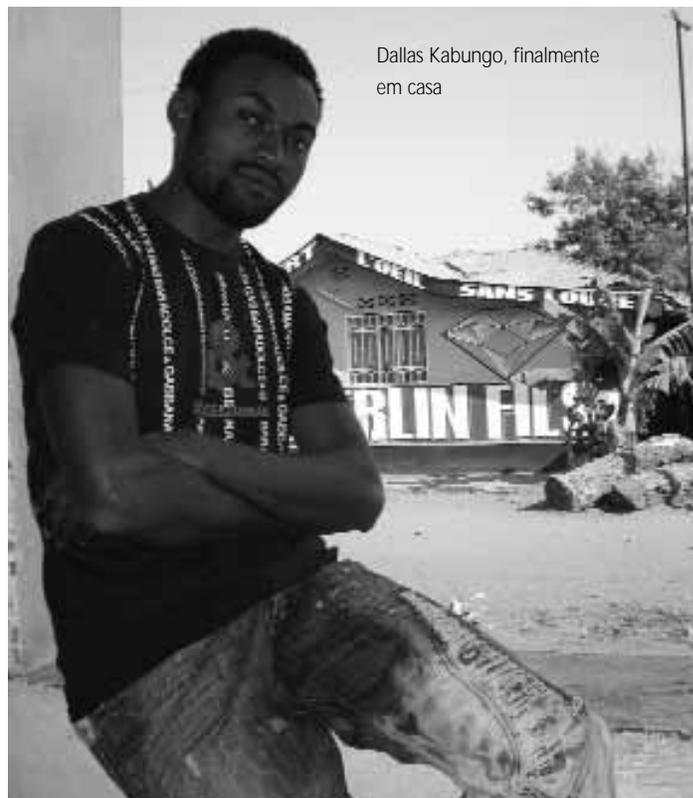
O General Almeida não deu detalhes, pormenores, ou exemplos de casos reais.

A morte de Belito Mendes mostra o quão longe da realidade está a teoria do general, no terreno. Ao invés de perseguir ferozmente e punir os agentes que abusaram de autoridade, a Polícia Nacional Angolana tenta encobrir o crime e usa de intimidação para desencorajar inquéritos futuros. Este incidente foi perpetrado contra um cidadão angolano, um veterano das forças armadas angolanas. O tratamento dado a nacionais estrangeiros, sem estatuto legal ou recurso, pode ser muito pior.

As expulsões de congolezes continuam

A estrada a norte da fronteira da cidade congoleza de Kamoko mal faz jus ao nome; uma trilha estreita e desnivelada, intransponível excepto por um veículo pesado com tracção 4x4, foi inundada no início de Junho

deste ano por uma enchente de pessoas cansadas que vinham de norte de Angola. Foi aqui que a *Revisão Anual* encontrou com Dallas Kabungo de 28 anos de idade.



Dallas Kabungo, finalmente em casa

Ele não tinha dinheiro, poucas roupas, e nada a não ser os chinelos que trazia calçados nos pés. Ele não sabia onde encontrar a sua esposa e filha. Tinha vindo a andar por aquela estrada, e por outras como aquela no lado angolano da fronteira, há mais de cinco dias, desde a noite em que a polícia e o exército angolanos cercaram o seu acampamento em Tchiamba, próximo da cidade de Lucapa em Lunda Norte. Eles começaram por disparar tiros para o ar. Todos foram reunidos e aqueles que não possuíam documentos angolanos foram revistados até ficarem em roupa interior. Todos os objectos de valor foram confiscados. Kabungo perdeu a sua muda de roupa, um rádio e 600 dólares. “Você veio para este país sem nada,” disseram-lhe os soldados, “vai sair sem nada.” Aqueles que se recusaram à revista foram agredidos, ou chicoteados com cintos.

A *Revisão anual* conheceu e entrevistou duas dúzias de mineradores de diamantes artesanais como Dallas Kabungo num período de dois dias, nas fronteiras. As suas histórias variavam apenas em relação aos nomes dos campos de mineração onde tinham sido apreendidos e expulsos – alguns vieram de Ferme Tshikapa,² outros de Dundo, Luchilo ou Saurimo, Tchiamba ou Lucapa – e aos relatos de dinheiro e mercadorias que lhes tinham sido retirados.

Jean Kabasubabo perdeu 250 dólares, todas as suas economias. Norbert Kiba perdeu um rádio, três quilates de diamantes e a sua casa quando a polícia a demoliu. Dilando Ilunga perdeu os seus sapatos, roupas, um rádio e um maço enrolado de 200 dólares. A Adam Kabasele foram apreendidos 400 dólares. Mutumbo Mayen perdeu 450 dólares, "roubados", diz ele, "pela polícia". Após serem roubados, os mineradores foram enviados de volta à estrada e ordenados a voltarem para o República Democrática do Congo.

De acordo com representantes de imigração congolezes, aproximadamente 30.000 refugiados cruzaram a fronteira nas últimas semanas de Maio e primeiras semanas de Junho de 2008. Provas disso vêm não apenas de representantes congolezes e das duas dúzias de pessoas entrevistadas pela *Revisão anual*, mas dos relatórios realizados pela BBC e outras emissoras e de diversas organizações de defesa dos direitos humanos, incluindo os Médicos sem Fronteiras (Médecins sans Frontières).³ As provas sugerem que o tratamento recebido por Kabungo e outros refugiados congolezes é um procedimento operativo normalizado.

Tal comportamento constitui uma violação das normas internacionais dos direitos humanos e transgride acordos regionais e internacionais, dos quais Angola é um país signatário. Em resposta, agentes veteranos da polícia angolana declararam que todos os *garimpeiros* estão em violação da lei, que os mineradores congolezes estão em Angola ilegalmente e que são necessárias medidas rigorosas para lidar com esta "invasão" desestabilizadora.

Embora seja verdade que os agentes de autoridade angolanos têm o direito de apreender e expulsar aqueles que estão ilegalmente no país, não há nada na lei nacional de Angola que dê à polícia o direito de matar mineradores artesanais que se recusem a pagar subornos, ou de roubar e pilhar como parte do processo de expulsão.

Por motivos óbvios, as autoridades angolanas negam que quaisquer destes abusos bem documentados tenham alguma vez ocorrido. O General da Polícia Nacional Angolana Gaspar de Almeida disse à *Revisão anual*, "Acreditamos que exista uma motivação política por trás destes relatos, mas não podemos comentar sobre do que se trata."

Entretanto, após esperar uma semana na cidade fronteiriça congoleza de Kamoko, Dallas Kabungo finalmente encontrou a sua esposa, Chantal, e a sua filha de três anos de idade. Soldados tinham chegado à casa localizada em Lucapa que Kabungo tinha comprado para ela com rendimentos provenientes dos diamantes. Eles roubaram a mobília, levaram o seu rádio e o seu dinheiro e enviaram-na para a estrada em direcção a norte. Ela levou dias a caminhar sob o sol e a poeira para alcançar a fronteira.

O seu encontro foi tanto doce como amargo. Kabungo soube que a sua esposa, ao cruzar a fronteira de Myanda, foi violada repetidamente por soldados de fronteira angolanos. Em sua tribo Baluba, disse ele, acredita-se que quando uma mulher engravida em adultério, os seus filhos rapidamente adoecem e morrem. Ele não sabe se a maldição funciona quando a mulher é violada.

Tabela 2. Produtores de diamantes em África em 2007

(por valor)

País	Valor em dólares	% do total mundial
Botswana	2.960.144.000	24,5%
África do Sul	1.417.331.400	11,7%
Angola	1.271.955.353	10,5%
Namíbia	748.052.673	6,2%
República Democrática do Congo	609.833.233	5,0%
Lesoto	164.073.484	1,4%
Serra Leoa	141.565.685	1,17%
República Centro-Africana	59.857.870	0,5%
Guiné	50.197.581	0,41%
Tanzânia	28.496.515	0,24%
Gana	27.863.557	0,23%
Zimbabué	23.377.870	0,2%
Libéria	2.657.541	0,02%
Togo	1.242.952	0,01%
Total	7.506.649.714	62,08%

Fonte: Base de dados estatísticos do Processo Kimberley.

BRASIL

Dia do garimpeiro

O pequeno sector de diamantes do Brasil tem visto algumas mudanças positivas desde o escândalo de 2006, que levou à prisão de cerca de uma dúzia de pessoas, entre as quais três exportadores de diamantes e um responsável de alta patente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), principal agência brasileira do Processo Kimberley. Em resposta às revelações expostas pela investigação da Polícia Federal, o sistema do PK brasileiro foi encerrado por seis meses, enquanto o Ministério das Minas e responsáveis do DNPM reformaram os controlos sobre negociantes e exportadores, para além de tornarem mais exigentes os pré-requisitos para obtenção de um Certificado do PK.

Elementos importantes do novo sistema brasileiro incluem um registo na Internet das transacções de diamantes, no qual todos comerciantes devem registar as suas compras de diamantes semanalmente. Ao processar os certificados do PK, o DNPM agora também exige que a concessão mineral, da qual os diamantes são originários tenha sido inspeccionada nos seis meses que precedem a exportação. A maioria das fraudes que afligia os antigos certificados brasileiros do PK envolvia grandes volumes de diamante originário de concessões minerais que, embora registadas legalmente, jamais haviam produzido diamantes.

Estes novos regulamentos são, sem dúvida, melhorias. Isto dito, a *Revisão anual* tem sido incapaz de observar estes formulários de exportação, ou de verificar que inspecções terrestres estejam a ocorrer. De acordo com o DNPM é necessária uma autorização especial para a visualização destes arquivos, a qual não pôde ser obtida pela *Revisão anual* antes da data da publicação. Não está, portanto, claro até que ponto estes relatórios são pormenorizados, ou até que ponto estão a ser cumpridos os requisitos.

Noutra medida de progresso, duas cooperativas brasileiras de *garimpeiros* participaram do plenário do PK em 2007, em Bruxelas, convidadas pela Parceria África Canadá. A sua presença fez parte de um esforço feito para ampliar a participação da sociedade civil no PK. Enaltecido pelo presidente do PK, Karel Kovanda, no seu último pronunciamento, a participação destas também impressionou as autoridades brasileiras. Ao retornar ao Brasil, membros das duas cooperativas (e ainda um terceiro que esteve presente no plenário por iniciativa própria) foram convidados a aderirem ao Fórum Brasileiro do Processo Kimberley, um grupo recém-formado, composto por representantes do Ministério das Minas, do DNPM e da Polícia Federal, em conjunto com exportadores de diamantes e representantes dos próprios *garimpeiros* não indiciados.

A aceitação, por parte do governo brasileiro, do papel do *garimpeiro* em gerir o sistema PK é encorajadora. Contudo, ainda não está claro o que o novo Fórum do PK irá fazer. De acordo com Alberto Pinho, presidente da COOPERGADI - Cooperativa Regional Garimpeira de Diamantina, o fórum realizou encontros mensais durante os últimos seis meses, mas não discutiu nada substancial. “Na próxima reunião, nós [líderes dos *garimpeiros*] vamos começar a exigir alguns resultados”, afirmou Pinho.

A 6 de Junho de 2008, o governo federal brasileiro decretou uma lei, há muito esperada, para os *garimpeiros*. Os líderes dos *garimpeiros* ficaram desapontados por ver que a nova lei não contribui em nada para a promessa, contida na constituição do Brasil, de dar acesso preferencial ao subsolo aos *garimpeiros* organizados em cooperativas. Contudo, a lei contém algumas melhorias. Para cooperativas que desejam escavar em áreas previamente ocupadas por empresas mineiras, o processo de transferência do título da empresa para a cooperativa foi amplamente simplificado. A nova lei também torna legal aos *garimpeiros* ou às cooperativas trabalhar em áreas que possuam autorização para pesquisa ou extracção, desde que estes possam obter autorização por escrito do reclamante. A nova lei declara o dia 21 de Junho como o Dia Nacional do Garimpeiro.

Ainda não é certo, até ao momento, o que a nova lei irá significar para operações de mineração na reserva índia Cinta Larga, onde a escavação ilícita continua. E o Brasil tem uma área nova a ter em consideração: a reserva índia Raposa Serra do Sol – a qual abrange quase um quarto do estado de Roraima – onde operações de diamantes por parte de *garimpeiros* tiveram recentemente início.

GUIANA

Alegações de corrupção

No papel, o sistema de localização de diamantes da Guiana continua a ser um dos melhores do mundo mas, na prática, a falta de rigidez na aplicação das leis por parte dos representantes de linha da frente das minas, os relatos de corrupção entre o pessoal da Comissão de Minas e Geologia da Guiana (GGMC) e uma grande determinação dos exportadores de diamantes em contrabandear ilegalmente grandes volumes de diamantes venezuelanos têm contribuído para tornar os controlos internos do PK quase insignificantes. O sistema ainda pode ser salvo, mas apenas se o Comissário de Minas e o Primeiro-ministro da Guiana tomarem medidas concertadas e determinadas.

Como detalhado no relatório *Triple Jeopardy* da PAC, os controlos de diamantes da Guiana são baseados numa ficha de produção, na qual o operador de cada escavação tem de registar a produção semanal de diamantes. Uma cópia da ficha acompanha os diamantes quando estes são adquiridos por compradores no terreno e são revendidos a exportadores na capital, Georgetown.

Os problemas começam no terreno, onde os operadores de escavações não possuem ou não se preocupam em preencher as suas fichas de produção. Os representantes de minas devem realizar inspecções regulares para assegurar que as escavações em funcionamento estão a preencher correctamente as suas fichas, mas na prática tais representantes raramente realizam as visitas e, quando as fazem, estão mais interessados em extrair lucros (geralmente na faixa dos 50.000 dólares da Guiana (250 dólares americanos)). O resultado é que a ficha de produção já saiu de circulação no interior onde estão localizadas as minas de diamantes.

O serviço alfandegário e os postos de controlo da GGMC no pequeno aeroporto de Ogle, em Georgetown, deveriam, teoricamente, apreender os diamantes que chegam sem as fichas de produção, mas não o fazem. Em Abril deste ano, um comerciante de diamantes que estava no mesmo avião que um investigador da PAC, disse que pagou a mesma quantia de 3.000 dólares da Guiana (15 dólares americanos) cada ao representante da alfândega, ao inspector da GGMC e ao inspector da unidade de narcóticos em Ogle, para que não houvesse uma revista em busca de diamantes sem a correcta documentação. De acordo com os comerciantes, tais pagamentos são normais.

Contudo, na sede do GGMC, em Georgetown, ainda é exigido que cada quilate de diamantes possua fichas de produção assinadas e válidas de modo a obter autorização para exportação e um Certificado Kimberley. Para isso, surgiu um mercado próspero de fichas oriundas do mercado negro, com exportadores a pagar entre 75 cêntimos e 1 dólar americano por quilate, para obterem fichas de produção assinadas e datadas. Verificações rigorosas na sede do GGMC podem conseguir identificar

esta fraude e parece que o GGMC tem sujeitado alguns exportadores a um controlo mais apertado. No entanto, persistem as alegações de que o crescente rigor está dirigido aos que se recusam a subornar o aparelho burocrático.

Para que a confiança no sistema do PK na Guiana seja restabelecida, as autoridades devem tomar medidas para que o sistema seja cumprido como planeado. O Primeiro-ministro deveria confirmar um Comissário de Minas permanente e dar-lhe o aval completo do governo. O Comissário das Minas deve contratar mais uma dúzia de representantes de minas e destacá-los para o terreno com recursos que lhes permitam realizar inspeções regulares.

Regularizar a situação do aeroporto Ogle também deve ser uma prioridade. A instalação de câmaras de circuito fechado na Alfândega e nas salas de inspeção do GGMC deveria tornar o actual sistema de subornos mais difícil, ou até impossível. Devidamente implementadas, estas medidas podem talvez não conter o fluxo de contrabando venezuelano, mas seriam um começo.

VENEZUELA

O impacto da ineficácia do PK

A batalha destrutiva entre o governo da Venezuela e os seus mineradores artesanais de diamantes continua. Assim como fizeram antes em La Paragua, no fim de 2007, as forças armadas venezuelanas cercaram, ocuparam e forçaram a evacuação do acampamento de mineração em Chiguao (descrito no último relatório da PAC *The Lost World*), desta vez alegadamente com a morte de apenas um minerador. Em Janeiro de 2008, o general do exército em comando do teatro de operações 5 – também conhecido como Estado Bolívar – cortou o fornecimento de combustível a sete cooperativas mineiras no sul do Estado Bolívar.

Contudo, a mineração prossegue nessas áreas, especialmente nos arredores de Santa Elena de Uairén e Icabarú, apesar de utilizar combustível mais caro proveniente do mercado negro (290 dólares por barril de 200 litros, em contraste com 9,50 dólares por 200 litros para o combustível sancionado do governo). Pouco dessa produção tem chegado aos canais de exportação de diamantes legais da Venezuela. Apenas 642 quilates foram legalmente declarados no sul do Estado Bolívar em Março de 2008, um montante que um representante local do Ministério de Industrias Básicas y Minas (Miban) afirma representar talvez 10% da produção local. O que aconteceu com os restantes diamantes permanece um mistério, já que a Venezuela não emitiu quaisquer Certificados Kimberley desde Janeiro de 2005.

Sem uma saída legal, os diamantes da Venezuela – talvez uns 200.000 quilates por ano – saem do país como contrabando, a maioria atravessando a fronteira do Brasil com destino à capital da Guiana, Georgetown, onde os exportadores os misturam com diamantes guianenses, fazendo



Mineração artesanal, um negócio arriscado

passar os artigos misturados por produção nacional legítima. Para facilitar este contrabando, diversos exportadores de Georgetown empregam compradores intermediários na Venezuela, a maior parte dos quais opera abertamente a partir de uma dúzia de escritórios de compra de diamantes na cidade fronteiriça de Santa Elena.

Para todos os efeitos, a Venezuela tem estado durante os últimos três anos a operar como um estado ilegal no que se refere aos diamantes. Infelizmente, nos 18 meses após a PAC ter levado o caso sobre a não-conformidade da Venezuela ao Processo Kimberley, o PK foi incapaz de realizar qualquer modificação significativa perante tal situação.

O volume da produção de diamantes venezuelanos pode ser baixo de acordo com os padrões da indústria, mas o impacto da ineficácia do PK não o é. Representantes do governo em diversos países de menores dimensões do PK têm, de forma compreensível, utilizado a situação da Venezuela como uma resposta *ad hominem* às questões sobre as falhas nos seus próprios controlos do PK. Estabelecer um sistema operacional de controlos internos exige dinheiro, pessoal e vontade política; factores pouco abundantes num país em vias de desenvolvimento. Se a Venezuela pôde ignorar o PK e não sofrer qualquer consequência, por que motivo outras nações em vias de desenvolvimento devem perder tempo e esforço a tratar dos seus próprios controlos internos de diamantes?

Uma solução parcial foi avançada em Junho de 2008 na reunião intercalar em Nova Deli, quando a Venezuela anunciou uma “separação” de dois anos do KPCS enquanto coloca a situação do país em ordem no que diz respeito aos diamantes. Isto apenas veio lançar uma maior confusão em relação à situação, uma vez que algumas pessoas interpretaram isto como significando que a Venezuela pode continuar a importar diamantes de produção industrial enquanto participante do PK, ao mesmo tempo que se absolve de todos os requisitos relativos a um controlo interno e de exportação. O PK permanece estagnado em afectação diplomática ineficaz.

No entanto, no terreno na Venezuela os mineradores continuam a escavar diamantes, e os fornecedores continuam a contrabandear pelas fronteiras internacionais para a Guiana, o Brasil e outros países do PK. Este é um problema que o KP não solucionou. Na verdade, o Processo Kimberley tão pouco reconheceu o problema.



MELANCOLIA DO

O Processo Kimberley entrou em funcionamento em Janeiro de 2003 e desde então tem conseguido bons resultados. Não se pode alegar que pôs fim às guerras na Serra Leoa, Angola e RDC (Republica Democrática do Congo) uma vez que as mesmas já tinham terminado antes do início oficial do Esquema de Certificação do Processo Kimberley (KPCS). Mas só o facto das negociações do PK, que começaram em 2000, deu um claro sinal à indústria e certamente ajudou a dissipar os circuitos de comercialização da UNITA, da FRU, do chefe militar da Libéria, Charles Taylor, e dos rebeldes no República Democrática do Congo.

O Processo Kimberley ainda fez algo mais. Ao lançar a rede em direcção aos diamantes de conflito, o KPCS não teve como evitar que aparecessem outros tipos de peixes. Sem a intenção explícita de fazê-lo, o Processo tornou a indústria mundial de diamantes mais transparente, criando muito mais dificuldades aos contrabandistas, aos branqueadores de capitais e aos evasores fiscais no que se refere a negócios com diamantes. As exportações angolanas cresceram 54% entre os anos 2000 e 2007. Isto ocorreu não apenas porque houve uma maior produção. Muito se deveu à maior transparência na indústria de diamantes e à maior procura de diamantes “limpos”. Este lado do impacto do PK pode ser observado mais claramente na RDC, onde as exportações oficiais após o ano de 2003 foram mais que o dobro em relação ao que tinham sido nas duas últimas décadas e na Serra Leoa, onde as exportações de diamantes cresceram de 26 milhões de dólares em 2001 para 141 milhões de dólares no ano passado.

O Processo Kimberley pode alegar outras vitórias. Em 2003, a República Centro-Africana foi suspensa do Esquema de Certificação do Processo Kimberley (KPCS), na sequência de um golpe de estado sangrento durante o qual os escritórios dos negociantes de diamantes tinham sido atacados. O novo mecanismo de análise pelos pares do PK foi de grande auxílio neste caso e a República Centro-Africana foi reintegrada assim que foram estabelecidas as garantias adequadas. Também em 2003, a República do Congo (RC) foi expulsa do KPCS, ou melhor, foi “excluída da lista de países participantes” – terminologia do PK por ter sido retirada à força do clube. Isto seguiu-se a uma avaliação do PK que identificou que a RC não conseguiu explicar de onde tinham sido minerados os diamantes que exportava. Depois de concordar com uma série de condições rigorosas impostas pelo PK, a RC foi finalmente readmitida no fim de 2007.

PROCESSO KIMBERLEY

Quase todos os países participantes do PK foram reavaliados pelo menos uma vez e muitos estão agora a ser avaliados pela segunda vez. O PK criou a base de dados estatísticos mais completa e actualizada do mundo sobre a produção e comércio de diamantes em bruto. E o PK permanece como um fórum vibrante para discussões que incluem governos, representantes da indústria e da sociedade civil, que se reúnem, se não em termos iguais, pelo menos como pessoas que agem e se tratam de forma igualitária.

Agora as más notícias

Mas existem problemas. Quando a PAC expôs sérios níveis de fraudes de diamantes no Brasil em 2005, o governo brasileiro negou as acusações e o PK manteve-se indiferente. Só após um ano, quando a polícia federal brasileira prendeu pessoas cujos nomes constavam nos relatórios da PAC, é que o Brasil decidiu suspender as exportações e reforçar os seus controlos internos. E foi só mais tarde que o PK se decidiu a realizar uma visita de avaliação.

Durante 2006, algumas ONGs revelaram falhas no sistema de controlo interno do Gana. Tais falhas eram suficientemente grandes para deixar passar grandes quantidades de diamantes de conflito. Uma avaliação do PK naquele ano ignorou a acusação e foi somente quando um Painel de Peritos das Nações Unidas insistiu sobre as acusações das ONGs que o PK levou o problema a sério.

A PAC expôs uma grande variedade de problemas na Venezuela em Novembro de 2006, mas o PK nada fez acerca disso por mais de 18 meses, limitando-se apenas a enviar cartas e e-mails à Venezuela. O problema foi “solucionado” não pelo PK mas pela Venezuela quando “se separou” do PK em Junho de 2008.

Cada um destes casos mostrou que o controlo interno ainda é um problema em diversos países. Eles também mostraram que o PK é incapaz de descobrir até mesmo os seus problemas mais graves por si próprio. E ainda que quando um problema grave é exposto por outros, o PK irá agir apenas quando o problema se transformar numa crise pública nos meios

de comunicação. Pior ainda, o “desaparecimento” de toda a produção de diamantes da Venezuela, o contínuo escoamento dos diamantes de conflito na Costa do Marfim e uma variedade de “mistérios” não resolvidos relacionados com diamantes noutros locais, indicam que ainda há um comércio clandestino próspero de diamantes em bruto. Por outras palavras, um volume desconhecido mas preocupante de diamantes em bruto está a contornar o processo destinado a exterminar e a evitar a recorrência dos diamantes de conflito.

O que necessita de ser feito? As respostas são bastante simples. Primeiro, o PK precisa do seu próprio organismo de investigação proactivo. A confiança e a reputação de toda a indústria mundial de diamantes não deveriam depender da boa vontade das ONGs de agir como o seu cão de guarda.

Segundo, o PK tem que agir com pulso firme com os seus participantes através dos seus controlos internos. Desculpas sobre “fronteiras permeáveis” são o último refúgio de tiranos e burocratas ineficazes. Pode não existir solução fácil para o contrabando, mas o Gana tem mostrado nos últimos 18 meses que muito pode ser feito. E os Estados Unidos mostraram que controlos internos eficazes são possíveis em países industrializados. Para começar, as equipas de avaliação do PK podem começar por ser mais rígidas nas suas críticas e devem insistir no acompanhamento das suas recomendações.

Terceiro, o PK necessita realmente de medidas intermédias entre membro integral e expulsão; medidas que demonstrem aos participantes menos atentos que o PK deve ser levado a sério. Três anos de discussão sobre este ponto importante levaram a precisamente nada. Qualquer que seja a proposta, se alguém não gostar, nada acontece.

Finalmente, quando surge um problema sério como no caso do Brasil, Gana e Venezuela, o PK tem de agir de forma eficaz, e isto tem que ser feito rapidamente. O PK não deve ser guiado por ONGs, pelos meios de comunicação ou burocratas tímidos; ele deve ser motivado pelo seu objectivo central: proteger as pessoas e uma indústria da qual muitos dependem para o seu sustento e desenvolvimento contra todos os predadores evidentes.



Notas

- 1 Comissão Interministerial para a Protecção dos Recursos Diamantíferos
- 2 Os nomes destes locais são nomes coloquiais, conforme conhecidos pelos garimpeiros congolenses. Os nomes angolanos podem ter várias grafias diferentes.
- 3 <http://www.msf.ca/news/news-updates/2008/07/angola-expelled-congolese-face-violence-and-degradation/>

Direitos de autores: Partnership Africa Canada (Parceria África Canadá), Outubro de 2008

Publicado em colaboração na Guiné por CECIDE
Publicado em colaboração na Libéria por Green Advocates
Publicado em colaboração na República Democrática do Congo por CENADEP
Publicado em colaboração na República do Congo por CLONG
Publicado em colaboração na Serra Leoa por NMJD

Créditos de fotografias: Shawn Blore
Concepção gráfica: Marie-Joanne Brisette
Disponível em francês / Available in English
Disponível electronicamente em www.pacweb.org

Autores e agradecimentos

Enormes contributos para este relatório foram prestados por Shawn Blore na América do Sul, Angola e RDC, por Umaru Fofana na Serra Leoa, Andrew Grant e Frank Nyame no Gana e por Alfred Lahai Brownell e Francis Colee na Libéria. Estamos também extremamente gratos pela assistência de Eugène-André Ossete na República do Congo e por Néné Moussa Camara na Guiné. Estamos extremamente gratos às muitas outras pessoas que contribuíram para esta publicação, entre elas departamentos governamentais, companhias de diamantes e muitas individualidades em Angola, na República Democrática do Congo, na Serra Leoa, entre outros. A equipa da PAC de Otava – Ian Smillie, Josée Létourneau, Susanne Emond e Bernard Taylor – foi apoiada por Dorothee Gizenga da Iniciativa de Desenvolvimento de Diamante.